

Fábrica de FAVORES

DISTRITAIS



JOSÉ RAJÃO (PSDB)

Não foi a primeira vez que o deputado beneficiou particulares em projetos de lei relativos a terras públicas, em tramitação na Câmara Legislativa. Além de apresentar uma emenda que beneficiava o condomínio fantasma Mansões Alvorada, ele elaborou uma lei que transformava em área para posto de gasolina um lote, em Águas Claras, adquirido da Terracap pela advogada Lucineide de Oliveira por R\$ 120 mil. Ela vendeu o mesmo imóvel por R\$ 1,6 milhão para a Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga três meses antes de Rajão apresentar o projeto.



BENÍCIO TAVARES (PTB)

Além de apresentar uma emenda que incluía o loteamento fantasma Mansões do Lago em uma lei distrital, Benício Tavares conseguiu aprovar dois projetos que mudavam a destinação de lotes. Um deles transformava um terreno na QNN 31 de Ceilândia em área para posto de gasolina. O lote era destinado a entidades religiosas e tinha sido comprado três meses antes de Benício apresentar o projeto pela mulher do dono de uma rede de postos de gasolina.

Antonio Vital
Da equipe do Correio

Lei aprovada na Câmara Legislativa, em janeiro, beneficiou um condomínio fantasma que, no papel, fica situado em uma área pública ao lado da Ermida Dom Bosco, à margem do lago Paranoá, no Lago Sul. Outros três loteamentos inexistentes também foram incluídos pelos parlamentares em leis elaboradas pelo governo e suspeitas de terem sido fraudadas.

Todos os quatro condomínios agraciados estão sendo implantados por pessoas ligadas aos irmãos Pedro, Márcio, Eustachio e Alaor Passos, condenados por parcelamento ilegal do solo e apontados como grileiros por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), na própria Câmara Legislativa, em 1995 (leia quadro ao lado).

Dois dos loteamentos foram beneficiados ainda por pareceres emitidos pela Secretaria de Assuntos Fundiários, que considerou particulares terras que, para a Terracap, são públicas.

A sucessão de medidas favoráveis a loteamentos inexistentes reforça a suspeita de que existe uma conjunção de interesses que passa pela Câmara Legislativa e pelo GDF — como insinuou o ex-secretário de Assuntos Fundiários, Odilon Aires, em conversa gravada por Márcio Passos.

Márcio entregou para o Correio trechos de gravações feitas quando Odilon ainda era secretário e aliado do grupo. Nas gravações, Odilon conta ao irmão de Márcio, Pedro, que na Câmara Legislativa “só tem ladrão” e que na secretaria “só tem rolo”. Em outros diálogos, segundo Márcio, o então secretário reclama que recebeu poucos lotes para apressar a regularização de condomínios, enquanto outros receberam mais. Entre estes, ele cita o presidente da Câmara Legislativa, Gim Argello (PMDB) — que nega a acusação.

Márcio e Pedro Passos tiveram a prisão preventiva decretada na noite de quarta-feira pelo juiz Pedro de Araújo Yung-Tay Neto, da 1ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do DF. Eles são acusados pelo Ministério Público de envolvimento na criação de um condomínio ilegal na altura da QI 27 do Lago Sul, nas imediações da terceira ponte.

O condomínio, denominado Chácaras Mansões do Lago, é um dos beneficiados pelos distritais. Segundo o deputado Rodrigo Rollemberg (PSB), a lei que previa a existência do condomínio no local — uma área de cerrado do tamanho de 221 campos de futebol, mais da metade da qual pública — foi sancionada pelo governador Joaquim Roriz sem sequer ter sido votada em plenário.

O projeto original tinha sido elaborado pelo governo e tratava de um condomínio chamado Parque Lage, no Paranoá. O Mansões do Lago foi incluído na lei por meio de uma emenda do distrital Benício Tavares (PTB), que disse ter atendido a “apelo de moradores” — apesar de não haver moradores na área.

A suspeita de fraude na aprovação nas leis se estendeu a outras duas leis. Todas correm o risco de ser anuladas. As três têm pontos em comum. Foram elaboradas pelo Executivo e alteradas na Câmara Legislativa. A que tratava do Parque Lage ganhou uma emenda que beneficiava o inexistente Mansões do Lago. Outra, que mencionava o Quintas Interlagos, aca-

SEMPRE OS MESMOS NOMES

1 MANSÕES DO LAGO

- Existe a suspeita de que a lei que define o índice ocupacional do condomínio foi fraudada. O projeto de lei foi feito para o condomínio Parque Lage, no Paranoá. Segundo denúncia do deputado distrital Rodrigo Rollemberg, a lei foi sancionada sem ter sido sequer votada em plenário. No texto final, foi adicionada uma emenda do deputado Benício Tavares, que incluiu o Mansões do Lago.
- Área do condomínio: 221 hectares (dos quais pelo menos 127 é área pública, segundo a Terracap)
- Há cerca de um mês, o presidente da Terracap, Eri Varela, disse ter sido ameaçado de morte por Márcio Passos por tentar impedir o loteamento da área, que fica atrás da QI 27 do Lago Sul, a menos de 1 km da terceira ponte.
- Parte da área foi cercada há 5 anos, graças a uma decisão judicial, pelo advogado **Salomão Szervinski** — acusado de ser dono do Privê Morada Sul Etapa C junto com os Passos.
- Inquérito da 10ª DP apontou **Alci Antonio Picoloto** como um dos loteadores da área. Picoloto é ligado aos Passos.

2 PRIVÊ MORADA SUL ETAPA C

- Existe a suspeita de que a lei foi fraudada. O projeto original beneficiava o condomínio Quintas Interlagos e a emenda que tratava do Privê pode ter sido incluída na redação final depois da aprovação em plenário.
- Área do condomínio: 169 hectares (pública, segundo a Terracap).
- Condomínio não tem nada a ver com o Privê Morada Sul original, segundo o empreendedor deste, Carlos Alberto do Nascimento. Ele acusa os Passos, o advogado **Salomão Szervinski** e o empresário **Vinício Jadisce Tasso** de estar por trás do Etapa C. Vinício foi condenado por parcelamento ilegal do solo, junto com os Passos, em um processo relativo ao condomínio Estância Quintas da Alvorada.
- O suposto dono da terra, Evaldo Fernandes da Silva, adquiriu a propriedade de **Riquelme Londe Alves**, ligado aos Passos. Os documentos que embasariam a propriedade de Riquelme são falsos, segundo peritos do Instituto de Criminalística da Polícia Civil.
- Riquelme é testemunha de **Alci Antonio Picoloto** na venda de um lote do condomínio RK e foi síndico do condomínio Belo Horizonte. Foi também testemunha de **Vinício Jadisce Tasso** em uma ação penal relativa ao condomínio RK. Era ainda dono da empresa Atecar, que fazia cobrança de lotes em condomínios atribuídos aos Passos. Segundo a CPI da Grilagem, o RK pertence aos Passos.

3 CONDOMÍNIO MANSÕES ALVORADA

- Existe a suspeita de que a lei que define número de habitantes foi fraudada. Projeto aprovado beneficiava apenas o condomínio Jardins do Lago Quadra 9. Emenda que tratava do Mansões Alvorada foi incluída no texto depois da aprovação.
- Área do condomínio: 30 hectares (pública, segundo a Terracap)
- Antigos compradores de lotes do condomínio acusam **Maria Cristina de Souza** de estar abrindo ruas, vendendo lotes duas vezes e ameaçando os primeiros adquirentes.
- Maria Cristina é apontada pelo Ministério Público como laranja dos irmãos Passos. Uma das testemunhas da “compra” da área é **Walmir de Almeida Passos**, filho de Márcio Passos. Maria Cristina é testemunha de **Eustachio Passos** em dois processos. Ela, ainda por cima, ingressou com várias ações judiciais de cobrança contra pessoas que compraram lotes em condomínios. Em algumas, fornece como endereço a sala onde funcionava a empresa de cobranças Atecar Assessoria Comercial, de **Riquelme Londe Alves** — que se apresentou como “proprietário” da área onde fica o condomínio **Privê Morada Sul Etapa C**.

4 RESIDENCIAL BELO HORIZONTE

- Projeto de lei beneficiava apenas o condomínio Mansões Campestre Morada do Sol. Emenda do deputado distrital José Rajão incluiu na lei o índice ocupacional do Belo Horizonte.
- Área do condomínio: 98,5 hectares (pública, segundo a Terracap).
- Em fevereiro de 1999, agentes do Siv-Solo foram derrubar placas do condomínio no local e se depararam com **Alci Antonio Picoloto** vigiando a área.
- Picoloto é apontado como envolvido na grilagem de uma área atrás da QI 27 do Lago Sul, onde grileiros pretendem criar o condomínio Mansões do Lago. Segundo o presidente da Terracap, Eri Varela, a área estava sendo loteada pelos Passos. Em uma ação na qual **Sebastião Falcão Trindade**, ex-funcionário dos Passos, pede uma indenização por uma área de 500 hectares em Sobradinho, Picoloto aparece como ocupante de um barraco na área. Picoloto, ainda por cima, é testemunha de **Vinício Jadisce Tasso** em uma ação penal relativa ao condomínio **Estância Quintas da Alvorada** — na qual os Passos e Vinício foram condenados por parcelamento irregular do solo.

Editoria de Arte: Amaro Junior

bou beneficiando o Privê Morada Sul Etapa C, também fantasma. A terceira se referia originalmente ao Jardins do Lago Quadra 9, mas terminou por abraçar o Mansões Alvorada, que, como os demais, só existe no papel.

Uma quarta lei, proposta pelo governo para definir o índice de ocupação do condomínio Morada do Sol, foi alterada na Câmara Legislativa, por meio de uma emenda do distrital José Rajão (PSDB), e beneficiou o Residencial Belo Horizonte. Assessores de Rajão negam ter elaborado a emenda. Segundo eles, o texto já chegou pronto, na ho-

ra da votação. O deputado disse que não iria comentar o assunto. O distrital Paulo Tadeu (PT) pretende enviar ao Ministério Público uma representação para que o processo de votação da lei seja investigado.

Os quatro condomínios incluídos nas leis pelos distritais — o Mansões do Lago, o Privê Morada Sul Etapa C, o Mansões Alvorada e o Belo Horizonte — estão em área pública, segundo a Terracap. Nenhum deles tem moradores. Todos ficam em áreas nobres, nas imediações da terceira ponte do Lago Sul. Todas as leis foram aprovadas

em sessões extraordinárias na Câmara Legislativa, no meio de pacotes de projetos levados a plenário sem qualquer estudo ou debate. E na história de todos eles aparecem pessoas ligadas aos Passos.

INDENIZAÇÕES

O Belo Horizonte, beneficiado pela emenda de Rajão, é um exemplo de como funciona a indústria dos condomínios irregulares. Ninguém sabe ao certo quem está por trás do condomínio, que tem 600 lotes,